

stj00096093

SAVIO GUIMARÃES RODRIGUES

BEM JURÍDICO-PENAL TRIBUTÁRIO

**A legitimidade do sistema
punitivo em matéria fiscal**



Porto Alegre / 2013

© Savio Guimarães Rodrigues

Capa: André Ressel

Editoração eletrônica: *Formato Artes Gráficas*

R696b Rodrigues, Savio Guimarães
Bem jurídico-penal tributário : a legitimidade do sistema punitivo em matéria fiscal / Savio Guimarães Rodrigues. – Porto Alegre : Núria Fabris Ed., 2013.
224 p. ; 16 x 23 cm.

ISBN 978-85-8175-026-2

1. Direito Penal Tributário : Brasil. 2. Bem Jurídico. 3. Ilícito Fiscal : Brasil. I. Título.

CDU – 336.2:343(81)

Bibliotecária Responsável : Inês Peterle, CRB-10/631

Reservados todos os direitos de publicação, total ou parcial, a

NÚRIA FABRIS EDITORA

Rua Gen. Caldwell, 814 – Menino Deus

CEP 90130-050 – Porto Alegre – RS

Telefone: (51) 3231-9321

Fax: (51) 3013-3339

E-mail: nuriafabris@terra.com.br

Site: www.livrariafabris.com.br

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	15
APRESENTAÇÃO	19
INTRODUÇÃO	23
1 A TEORIA DO BEM JURÍDICO: AS ORIGENS DO CONCEITO	29
1.1 O contexto histórico iluminista	29
1.2 A doutrina privatista de Feuerbach.....	33
1.3 A crítica de Birnbaum e o surgimento da ideia de bem.....	36
1.4 O positivismo jurídico de Binding	41
1.5 O positivismo naturalista de Liszt	45
1.6 As reações neokantianas.....	48
1.7 O injusto penal nacional-socialista e a Escola de Kiel	54
1.8 A doutrina finalista de Welzel no pós-guerra.....	57
2 A TEORIA DO BEM JURÍDICO: O ESTÁGIO ATUAL DA DISCUSSÃO	63
2.1 As concepções neofinalistas	65
2.2 O bem jurídico imanente ao sistema	68
2.2.1 A danosidade social de Amelung	68
2.2.2 O funcionalismo sistêmico-normativista de Jakobs	71
2.3 O bem jurídico crítico ao sistema	76
2.3.1 A teoria personalista de Frankfurt	76
2.3.2 A teoria teleológico-funcional.....	80

2.4 A concepção redutora de Zaffaroni	84
2.5 A teoria do bem jurídico na doutrina brasileira	86
3 BEM JURÍDICO, DIREITOS FUNDAMENTAIS E CONSTITUIÇÃO	93
3.1 A imprescindibilidade de um conceito político-criminal	93
3.2 O princípio constitucional de proteção de bens jurídicos	102
3.3 O postulado da intervenção mínima e a proporcionalidade	111
3.4 Uma compreensão material do objeto de tutela penal	127
3.4.1 A questão dos bens jurídicos coletivos	137
4 O BEM JURÍDICO TRIBUTÁRIO	145
4.1 As correntes patrimonialistas	147
4.2 As correntes funcionalistas	150
4.2.1 A ordem econômica e tributária	150
4.2.2 As funções do tributo	152
4.3 A teoria eclética	155
4.4 Os deveres de colaboração e a confiança fiscal	157
4.5 A posição adotada	160
5 UMA RELEITURA DO SISTEMA PUNITIVO FISCAL BRASILEIRO	179
5.1 O prévio exaurimento da instância administrativa	181
5.2 A aplicabilidade do princípio da insignificância	189
5.3 A extinção da punibilidade pelo pagamento	198
CONCLUSÃO	207
REFERÊNCIAS	213